

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

RM_RH_201701_PA_SPI_LT5.1

RMON 02/11 - 02/16 - 05 - ED01/REV00

MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS
E DE ESCORRÊNCIA

SUBCONCESSÃO DO PINHAL INTERIOR

LOTE 5.1: IC3 - VARIANTE A TOMAR - NÓ COM A EN110/NÓ DE VALDONAS

FASE DE EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO ANUAL DE 2016



MONITAR
engenharia do ambiente

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

RM_RH_201701_PA_SPI_LT5.1

RMON 02/11 - 02/16 - 05 - ED01/REV00

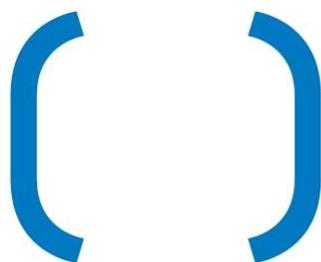
MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS
E DE ESCORRÊNCIA

SUBCONCESSÃO DO PINHAL INTERIOR

LOTE 5.1: IC3 - VARIANTE A TOMAR - NÓ COM A EN110/NÓ DE VALDONAS

FASE DE EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO ANUAL DE 2016

LOTE	LANÇO	N.º PROCESSO AIA	N.º PÓS-AVALIAÇÃO
LOTE 5.1	IC3 - VARIANTE A TOMAR - NÓ COM A EN110/NÓ DE VALDONAS	413	-



MONITAR
engenharia do ambiente



FICHA TÉCNICA DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

AUTOR DO RELATÓRIO	MONITAR - ENGENHARIA DO AMBIENTE EMPREENHIMENTO BELA VISTA LOTE 1, R/C DP, LOJA 2, REPESES 3500-227 VISEU
IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE	ASCENDI RUA ANTERO DE QUENTAL nº 381, 3º 4455-586 PERAFITA MATOSINHOS
TÍTULO DO RELATÓRIO	MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E DE ESCORRÊNCIA SUBCONCESSÃO DO PINHAL INTERIOR LOTE 5.1: IC3 - VARIANTE A TOMAR - NÓ COM A EN110/NÓ DE VALDONAS FASE DE EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO ANUAL DE 2016
N.º DO RELATÓRIO	02/11 - 02/16 - 05
EDIÇÃO/REVISÃO	Ed01/REV00
NATUREZAS DAS REVISÕES	-
EDIÇÕES / REVISÕES ANTERIORES	-
ÂMBITO DO RELATÓRIO	PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL
N.º DA PROPOSTA	02/11 - 02/16
LOCAL DA MONITORIZAÇÃO	SUBCONCESSÃO DO PINHAL INTERIOR LOTE 5.1: IC3 - VARIANTE A TOMAR - NÓ COM A EN110/NÓ DE VALDONAS
DATA DA MONITORIZAÇÃO	JULHO E DEZEMBRO DE 2016
ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	MONITAR - ENGENHARIA DO AMBIENTE
ASSINATURA	<input type="text"/>
DATA DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO	JANEIRO DE 2017

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Âmbito e objetivos da monitorização	6
1.2	Identificação da concessionária e descrição da subconcessão	7
1.2.1	Trafego automóvel	8
1.3	Enquadramento legal	9
1.4	Estrutura do relatório de monitorização	10
1.5	Autoria técnica do relatório de monitorização	11
2	ANTECEDENTES	12
2.1	Referências documentais	12
2.2	Medidas de minimização	14
2.3	Reclamações	14
3	IMPACTES NA QUALIDADE DAS ÁGUAS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DE UMA VIA DE TRÁFEGO	15
4	DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO	18
4.1	Qualidade das águas superficiais	18
4.1.1	Parâmetros e locais de amostragem	18
4.1.2	Métodos e equipamentos de recolha	19
4.1.3	Critérios de avaliação dos dados	21
4.2	Qualidade das águas de escorrência	23
4.2.1	Parâmetros e locais de amostragem	23
4.2.2	Métodos e equipamentos de recolha	23
4.2.3	Critérios de avaliação dos dados	25
5	CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE MONITORIZAÇÃO E ENVOLVENTE	27
5.1	Qualidade das águas superficiais	27
5.2	Qualidade das águas de escorrência	29
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO	31

6.1	Qualidade das águas superficiais	31
6.1.1	Análise dos resultados face aos valores legalmente definidos	31
6.1.2	Análise dos resultados face aos valores obtidos em campanhas anteriores	33
6.2	Qualidade das águas de escorrência	36
6.2.1	Análise dos resultados face aos valores legalmente definidos	36
6.2.2	Análise dos resultados face aos valores obtidos em campanhas anteriores	39
7	CONCLUSÕES.....	41
7.1	Qualidade das águas superficiais	41
7.2	Qualidade das águas de escorrência	42
8	PROPOSTA DE REVISÃO DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO	43
9	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	43
10	ANEXOS.....	44
10.1	Anexo 1: Fichas individuais por local de amostragem de águas superficiais	I
10.2	Anexo 2: Fichas individuais por local de amostragem de águas de escorrência.....	II
10.3	Anexo 3: Fichas laboratoriais das amostras analisadas	III
10.4	Anexo 4: Declaração do laboratório.....	IV
10.5	Anexo 5: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições “ <i>in situ</i> ”	V
10.6	Anexo 6: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais e de escorrência	VI

1 INTRODUÇÃO

1.1 ÂMBITO E OBJETIVOS DA MONITORIZAÇÃO

O presente documento constitui o Relatório anual de Monitorização (RM) para o ano de 2016 relativo às campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais e de escorrência, realizadas nos períodos seco e húmido, dando cumprimento ao Plano Geral de Monitorização (PGM) do Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da Subconcessão do Pinhal Interior (SPI), documento ENVA.E.211.PMa, de agosto de 2012, constante no Volume 21.1 do Relatório de Impacte Ambiental e Medidas de Minimização (RIAMM), elaborado no seguimento do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI.

As monitorizações realizadas têm como objetivo avaliar a influência e eventuais impactes associados à exploração da infraestrutura rodoviária da SPI na qualidade das águas superficiais que lhe são próximas e possíveis de serem afetadas pela mesma.

O tratamento dos dados garantirá uma correta comparação e integração de todos os resultados obtidos ao longo do projeto, de modo a que perante os mesmos possam ser adotadas medidas e/ou ações, designadamente:

- Avaliar o impacte da exploração desta infraestrutura na qualidade das águas;
- Verificar o cumprimento da legislação nacional sobre a qualidade da água;
- Verificar a eficiência de medidas de minimização adotadas;
- Verificar a necessidade de adotar novas medidas de minimização;
- Contribuir para a melhoria dos procedimentos de gestão ambiental da Concessionária.

A frequência de monitorização para a determinação da qualidade das águas superficiais e de escorrência é composta por duas campanhas anuais a realizar no período seco (entre julho e setembro) e no período húmido (entre dezembro e fevereiro).

Foram monitorizados 4 locais de amostragem relativos a 2 pontos de monitorização de água superficial, referentes a 1 curso de água e 2 locais de amostragem de águas de escorrência da via, definidos no PGM do Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI.

As campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais e de escorrência da fase de exploração do ano de 2016 decorreram nas datas referidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Datas das campanhas de monitorização da qualidade das águas, da fase de exploração.

FATOR AMBIENTAL	DATAS DAS CAMPANHAS
Qualidade das águas superficiais - parâmetros medidos “ <i>in situ</i> ” e parâmetros analisados em laboratório	1ª Campanha – 19 de julho de 2016 2ª Campanha – 12 de dezembro de 2016
Qualidade das águas de escorrência - parâmetros medidos “ <i>in situ</i> ” e parâmetros analisados em laboratório	1ª Campanha – 19 de julho de 2016 2ª Campanha – 14 de dezembro de 2016

1.2 IDENTIFICAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA E DESCRIÇÃO DA SUBCONCESSÃO

Em 2010 foi atribuída à Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A., através de um concurso público, a subconcessão do Pinhal Interior.

O contrato celebrado integrou a conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação, por um período de 30 anos, sendo os seus principais eixos a A13/IC3 que liga Tomar a Coimbra e o IC8 ligando Pombal (A17/A1) a Vila Velha de Ródão (A23), abrangendo 22 concelhos em quatro distritos. Dos 520,3 km, 162,8 km correspondem a novos lanços, sendo 80 Km com perfil de autoestrada (ver Tabela 2 e Figura 1).

Tabela 2: Caracterização da subconcessão do Pinhal Interior.

ÂMBITO	EXTENSÃO	LANÇOS
Construção	162,8 km	IC3 - Avelar Norte / Condeixa; IC3 - Condeixa / Coimbra (IP3-IC2); IC3 - Avelar Sul / Avelar Norte; IC3 - Variante a Tomar; IC8 - Proença-A-Nova / Perdigão (A23); EN236-1 - Variante do Troviscal; ER238 - Cernache do Bonjardim / Sertã (IC8); EN238 - Sertã / Oleiros; EN342 - Condeixa / Nó de Condeixa (IC3)
Requalificação	134,3 km	IC3 - Variante de Tomar; IC8 - Pombal / Ansião; IC8 - Pedrogão Grande / Sertã; EN2 - Sertã(IC8) / Vila de Rei; EN2 - Góis(EN342) / Portela do Vento(EN112); ER238 - Ferreira do Zêzere / Cernache do Bonjardim; ER347 - Penela / Castanheira de Pêra.
Exploração	223,2 km	A13/IC3 - Tomar / Atalaia; IC8 - Carricho / Pombal; IC8 - Ansião / Pedrogão Grande; IC8 - Sertã / Proença-a-Nova; EN2 - Vila de Rei / Abrantes(A23); EN110 - Variante de Avelar; EN112 - Portela do Vento / Pampilhosa da Serra; EN236 - Foz do Arouce / Lousã(EN342); EN236-1 - Castanheira de Pêra / Figueiró dos Vinhos; EN238 - Tomar(IC3) / Ferreira do Zêzere; EN342 - Miranda do Corvo(IC3) / Lousã; EN342-4 - Arganil / IC6; EN344 - Pampilhosa da Serra / Vale de Pereiras(EN351); EN351 - Isna de Oleiros / Proença-a-Nova(IC8); EN351 - Vale de Pereiras (EN344) / Proença-a-Nova (IC8).

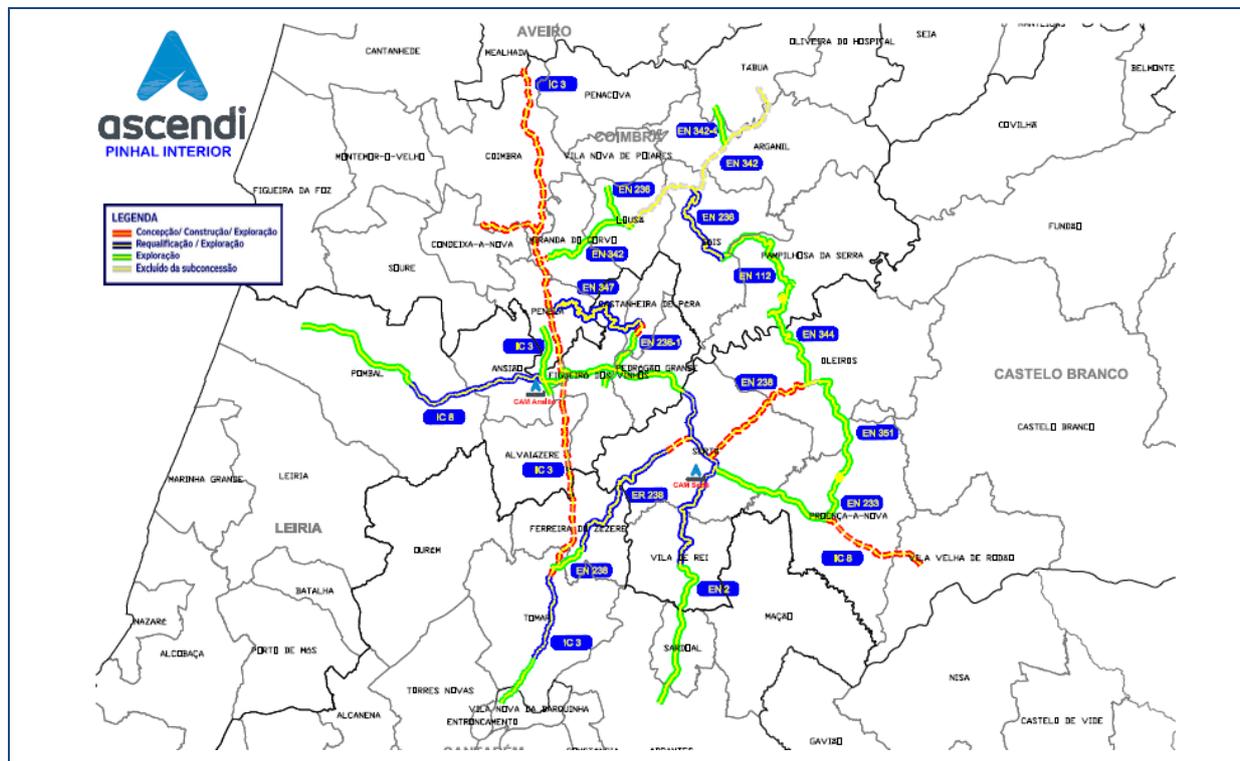


Figura 1 - Localização genérica da subconcessão do Pinhal Interior.

Esta subconcessão irá impactar positivamente a qualidade de vida de mais de 415 mil pessoas e reduzir os tempos de percurso em mais de 40% entre sedes de Concelho, favorecendo, de igual modo, a acessibilidade aos concelhos do Interior Centro, melhorando as deslocações Norte/Sul.

1.2.1 TRAFEGO AUTOMÓVEL

O volume de tráfego registado nos meses em que foram realizadas as campanhas de monitorização, o volume de tráfego anual de 2016 e 2015 e a variação percentual de tráfego registada de 2015 para 2016, no Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas, são apresentados na Tabela 3.

Da análise da Tabela 3 verifica-se que, para o ano de 2016, os valores de tráfego registados na campanha realizada no mês de julho foram superiores aos valores de tráfego médio mensal, enquanto que os registados em dezembro foram inferiores. Relativamente à variação percentual do volume de tráfego anual, verifica-se que de 2015 para 2016, registou-se um aumento do volume de tráfego de 5%.

Tabela 3 - Volume de tráfego registado nos meses da realização das campanhas, tráfego médio mensal, tráfego médio anual em 2015 e 2016 e variação do volume de tráfego anual de 2015 para 2016 nos sublanços do Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas.

SUBLANÇO	TRÁFEGO NOS MESES DAS CAMPANHAS DE MONITORIZAÇÃO (Nº DE VEÍCULOS)		TRÁFEGO MÉDIO MENSAL (2016)	VOLUME TRÁFEGO ANUAL (2016)	VOLUME TRÁFEGO ANUAL (2015)	VARIÇÃO PERCENTUAL DO VOLUME DE TRÁFEGO ANUAL (2015-2016)
	JULHO 2016	DEZEMBRO 2016				
EN110 - Valdonas	194839	169447	171085	2053019	1964484	5%

1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL

A elaboração do presente RM dá cumprimento ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, correspondente ao regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), nomeadamente ao previsto no n.º 3 do artigo 26.º onde é referido que a monitorização, da responsabilidade do proponente, é efetuada nos termos constantes da DIA ou na decisão sobre a conformidade ambiental do projeto de execução, ou, na falta destes, de acordo com os elementos referidos no n.º 1 do artigo 16.º ou no n.º 1 do artigo 21.º. Compete ainda ao proponente remeter à autoridade de AIA os respetivos relatórios ou outros documentos que retratem a evolução do projeto ou eventuais alterações do mesmo.

No presente relatório foi também considerada a legislação aplicável à qualidade das águas, mais especificamente, o Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e respetiva Declaração de Retificação n.º 22-C/98, que estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade das águas em função dos principais usos, nomeadamente o Anexo XVI (Qualidade das águas destinadas à rega), o Anexo XVIII (Valores limite de emissão na descarga de águas residuais) e o Anexo XXI (Objetivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais). Foi ainda considerada a legislação que estabelece as Normas de Qualidade Ambiental (NQA) para substâncias prioritárias e outros poluentes, nomeadamente o Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro. Salienta-se que o Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, de acordo com o artigo n.º 13, revoga as disposições do Anexo XXI do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, relativas às substâncias clorofenóis, hidrocarbonetos aromáticos polinucleares, pesticidas totais, pesticidas por substância individualizada, Bifenilos policlorados (PCB), chumbo total e níquel total.

Na monitorização da qualidade das águas foram ainda tidas em conta as diretrizes definidas nos relatórios produzidos no âmbito do projeto “Avaliação da eficácia das medidas de minimização de impactes ambientais implementadas em Portugal” do LNEC e Universidade de Évora (2005 - 2008), assim como o “Guia Técnico para a elaboração de Estudos no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental de Infra-estruturas Rodoviárias” do Instituto Superior Técnico, Agência Portuguesa do Ambiente e Estradas de Portugal, de Junho de 2009.

1.4 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

O presente RM encontra-se estruturado de acordo com as notas técnicas constantes no Anexo V da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, sendo constituído pelos seguintes pontos:

- Introdução
- Antecedentes
- Impactes na qualidade das águas decorrentes da exploração de uma via de tráfego
- Descrição do Programa de Monitorização
- Caracterização dos locais de monitorização e envolvente
- Apresentação e análise dos resultados do Programa de Monitorização
- Conclusão
- Anexos

1.5 AUTORIA TÉCNICA DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

O presente RM foi elaborado pela Monitar, Lda. - Engenharia do Ambiente. A descrição da equipa técnica responsável pela monitorização é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 - Equipa técnica responsável pela monitorização.

NOME	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	FUNÇÃO
Paulo de Pinho	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Coordenação geral da monitorização
	Mestre em Poluição Atmosférica	
	Doutor em Ciências Aplicadas ao Ambiente	
Sérgio Lopes	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Verificação do relatório Campanhas de monitorização
	Mestre em Engenharia Mecânica	
	Doutor em Riscos Naturais e Tecnológicos	
João Martinho	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
	Mestre em Tecnologias Ambientais	
Johnny Reis	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
João Leite	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
	Mestre em Tecnologias Ambientais	
Marcelo Silva	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
	Mestre em Tecnologias Ambientais	
André Fonseca	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
Nuno Santos	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
Daniel Gonçalves	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização Realização do relatório
	Mestre em Tecnologias Ambientais	
Monitar - Engenharia do Ambiente http://www.ipac.pt/pesquisa/ficha_lae.asp?id=L0558		Amostragem e Campanhas de parâmetros medidos "in situ"
Laboratório de análises da ControlVet http://www.ipac.pt/pesquisa/ficha_lae.asp?id=L0224		Determinações laboratoriais

2 ANTECEDENTES

2.1 REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

O lançamento do concurso público internacional para a subconcessão do Pinhal Interior foi resolvido através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 106/2008, de 7 de julho.

No âmbito do concurso público internacional de conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação, alargamento e financiamento dos lanços que integram a subconcessão do Pinhal Interior, em resposta à alínea c) do Ponto 15.1 do programa de concurso relativo aos Estudos Ambientais e ao Caderno de Encargos, foi elaborado o Relatório Ambiental. O Relatório Ambiental avaliou, em função do enquadramento ambiental e da fase de exploração de cada um dos troços em análise, em que medida a construção ou beneficiação e exploração do projeto induziria efeitos negativos e/ou efeitos positivos no ambiente local, permitindo desta forma a definição atempada de medidas de minimização que deveriam ser adotadas durante a fase de construção e/ou de exploração, de modo a atenuar/evitar os impactes negativos previstos e a maximizar os impactes positivos.

Entre 1999 e 2003 desenvolveu-se o Estudo Prévio do IC3 Condeixa/Tomar, em estreita articulação com a elaboração do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

O Estudo Prévio contemplou o estudo de uma ligação rodoviária prevista no Plano Rodoviário Nacional (IC3), com características de via rápida, entre a EN1/IC2, junto a Condeixa-a-Nova (a Norte) e o início da atual Variante de Tomar (a Sul). Esta ligação era constituída por dois sublanços: Condeixa - Avelar (a Norte) e sublanço Avelar - Tomar (a Sul). A ligação entre os dois sublanços fazia-se, então, pelo aproveitamento da chamada Variante de Avelar, já existente, que não integrava o estudo realizado.

A continuação do IC3 a norte de Condeixa estava prevista para Coimbra (nascente) e para o IP3, admitindo-se, então, que entre Condeixa e Coimbra o IC3 seguisse de modo a coincidir com a EN1/IC2, com aproveitamento desta via.

No último trimestre de 2003 foi concluído o Estudo Prévio do IC3 entre Condeixa e Tomar, o qual foi acompanhado pelo respetivo Estudo de Impacte Ambiental, tendo ambos sido sujeitos a apreciação pelo então Instituto das Estradas de Portugal (IEP).

O IEP procedeu à análise desse Estudo Prévio e do respetivo EIA, sendo que os pressupostos em que o projeto assentava viriam, entretanto, a ser alterados, definindo-se um novo quadro para a realização de um novo estudo para este lanço do IC3.

Entre junho de 2006 e julho de 2007 foi elaborado um novo EIA, do Lanço IC3 - Tomar/Coimbra.

Neste estudo foram apresentadas duas soluções (soluções 1 e 2) que representam os grandes eixos estudados, desenvolvendo-se respetivamente, e na generalidade, com os traçados a nascente e a poente da EN110. A Solução 1 permitia dar acessibilidades mais diretas aos concelhos de Ferreira do Zêzere, Penela e Miranda do Corvo, enquanto a Solução 2 estabelecia acessos mais rápidos aos concelhos de Alvaiázere e Condeixa-a-Nova.

Para interligação das Soluções 1 e 2, estudaram-se as Alternativas 1 a 7. Foram ainda estudadas três Ligações a Condeixa, das quais duas são alternativas associadas à Solução 1. As três ligações eram coincidentes no seu troço final, terminando no mesmo ponto, o Nó de Ligação com a N1 / IC2.

Em Agosto de 2007 foi apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) o EIA, tendo sido nomeada a respetiva Comissão de Avaliação (CA). Durante o processo de análise da conformidade do EIA, foram solicitados elementos adicionais ao Relatório Síntese ao nível do Projeto, de vários aspetos do EIA nomeadamente ao nível do Ordenamento do Território e Condicionantes, de Cartografia, Ruído, Património e Geologia e Geomorfologia, e a reformulação do Resumo Não Técnico, tendo sido dada conformidade ao EIA em Dezembro de 2007.

Seguiu-se, então, a realização da Consulta Pública e, com base no respetivo parecer e análise do EIA, a CA emitiu parecer favorável ao projeto através da emissão em 9 de Maio de 2008, da DIA favorável condicionada:

- À adoção da combinação de traçado Solução S1+L1+N2+M2 (equivalente a Solução 1 + Alternativa 5 + Solução 2 + Alternativa 7 + Solução 1 (Ligação 1B) + Solução 1);
- Ao cumprimento das Condicionantes definidas na DIA;
- À apresentação no RECAPE dos Elementos solicitados;
- À implementação das Medidas de Minimização e Planos de Monitorização definidos no RECAPE e na DIA.

No âmbito do Projeto de Execução do Lote 5, que corresponde ao troço do IC3 - Variante a Tomar, este lanço foi dividido em dois sublanços:

- Lote 5.1 - Sublanço Nó com a EN110/Nó de Valdonas, ao qual respeita o presente estudo;
- Lote 5.2 - Sublanço Nó de Valdonas/Alviobeira.

O presente RM dá resposta ao PGM, documento ENVA.E.211.MTa, de agosto de 2012, constante no EIA do Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas.

A construção deste sublanço teve início em novembro de 2011, tendo sido aberto ao tráfego em março de 2013.

Antecedem ao presente RM, o relatório de monitorização dos recursos hídricos da avaliação da situação de referência (ENVA.RMRH.SR), emitido em novembro de 2011, os relatórios de monitorização dos recursos hídricos da fase de exploração dos anos de 2013 e 2014 realizados pela Ecovisão, Lda, bem como o relatório de monitorização dos recursos hídricos da fase de exploração do ano de 2015 (refª: RM_RH_201604_PA_SPI_Lt5.1) realizado pela Monitar, Lda.

2.2 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Até à data a que se refere o presente RM, não se considerou necessário a implementação de medidas de minimização adicionais.

2.3 RECLAMAÇÕES

Até à data a que se refere o presente RM, não foram registadas reclamações referentes à qualidade da água, que estejam associadas à exploração do traçado da subconcessão do Pinhal Interior.

3 IMPACTES NA QUALIDADE DAS ÁGUAS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DE UMA VIA DE TRÁFEGO

A crescente utilização de transportes terrestres movidos a energia fóssil tem provocado um aumento significativo da poluição ambiental a nível da qualidade das águas, nomeadamente nas zonas adjacentes às estradas. Assim, de um modo geral, durante a fase de exploração de infraestruturas rodoviárias, as águas de escorrência das vias podem provocar impactes nas águas superficiais e subterrâneas.

Estes impactes podem resultar de atividades habituais, tais como as cargas poluentes acumuladas no pavimento relacionadas com a intensidade de tráfego, com o desgaste de pneus e do pavimento, desprendimento de partículas dos travões, emissões dos tubos de escape, deterioração do piso, deposição de óleos e comportamento dos utilizadores da via, ou de atividades pontuais ou acidentais, tais como as atividades de manutenção e reparação da via e taludes (por exemplo utilização de aditivos químicos e herbicidas), ou derrames acidentais de resíduos ou produtos tóxicos e perigosos, geralmente na sequência de acidentes (ver Tabela 5).

Alguns dos exemplos de impactes na qualidade das águas decorrentes da exploração de uma via de tráfego poderão ser: a afetação dos usos das águas (rega, consumo, etc.); a criação de uma zona impermeável; o acréscimo de caudal antropogénico eventualmente criado pela mesma; o desvio de linhas de água; e as alterações da drenagem resultantes da presença da infraestrutura rodoviária.

A poluição decorrente de infraestruturas rodoviárias pode afetar as águas superficiais e subterrâneas e o fenómeno adquire maior gravidade quando são envolvidos ecossistemas particularmente sensíveis, zonas de máxima infiltração, perímetros de proteção de cursos de água ou de albufeiras bem como o atravessamento de formações geológicas vulneráveis e onde se observe a existência de captações subterrâneas públicas e particulares.

Entre os poluentes mais comuns e preocupantes encontram-se os metais pesados (zinco, cobre, cádmio, crómio), os Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP), os óleos e gorduras e os sólidos suspensos totais. A matéria orgânica também pode revelar-se importante, ao estimular o crescimento de bactérias na massa de água orgânica e partículas. A origem dos poluentes contidos nas águas de escorrência de estrada é referida na Figura 2.

Uma vez depositados no pavimento estes poluentes podem atingir a rede de drenagem e as áreas vizinhas da plataforma da via, bem como os cursos de água recetores por meio da ação dos ventos e, especialmente, da precipitação.

Esta carga poluente depende não só da intensidade da precipitação, mas também da quantidade de contaminantes acumulados no pavimento, logo depende da estação do ano e do estado de limpeza do pavimento. No entanto, o fluxo poluente derivado da drenagem da estrada poderá estar sujeito a diversos processos de atenuação ao longo do seu percurso até ao corpo de água recetor (ver Figura 2).

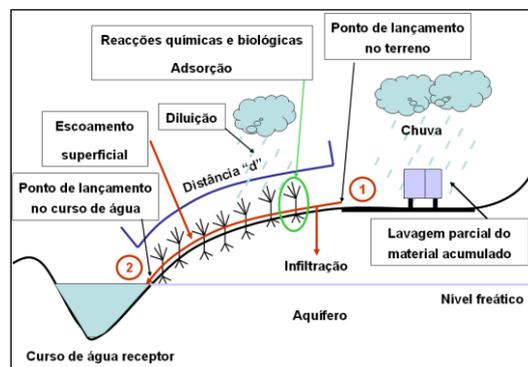


Figura 2 - Transporte e atenuação de contaminantes.

Num evento de precipitação, a carga poluente inicial associada às águas de escorrência da estrada dependerá da quantidade de poluente depositada no pavimento e consequentemente da quantidade de contaminante emitida pelas diversas fontes assim como da intensidade da precipitação.

Por sua vez, a quantidade de contaminante depositada no pavimento estará associada essencialmente a fatores tais como: o fluxo e características dos veículos; o tipo de pavimento; e o período de tempo durante o qual ocorre a acumulação de poluentes na plataforma.

Desde o ponto de descarga no terreno até ao ponto de lançamento no curso de água recetor, o fluxo poluente originado na estrada será sujeito a diversos processos que reduzem a concentração dos contaminantes, tais como: a diluição pelas águas drenadas de áreas vizinhas, as reações químicas e biológicas (sistema radicular das plantas); e a adsorção e retenção na vegetação e nas partículas do solo. O potencial de poluição das águas superficiais dependerá ainda de outros fatores, tais como: a inclinação, morfologia e permeabilidade do terreno, a qualidade da água do curso de água recetor, e a capacidade de diluição e autodepuração do curso de água recetor.

Tabela 5 - Origem dos poluentes contidos nas águas de escorrência de estrada.

POLUENTES	PNEUS	TRAVÕES	COMBUSTÍVEL E/OU ÓLEO DO MOTOR	ÓLEOS DE LUBRIFICAÇÃO	MATERIAIS DA VIATURA	PAVIMENTO	RESÍDUOS	GUARDAS DE SEGURANÇA	SOLO, POEIRAS DA CARROÇARIA; VEGETAÇÃO, EXCREMENTOS DE ANIMAIS, FERTILIZANTES
Metais Pesados									
Cádmio									
Chumbo									
Cobre									
Crómio									
Ferro									
Níquel									
Vanádio									
Zinco									
Hidrocarbonetos									
PAH									
Nutrientes									
Matéria Orgânica									
Partículas									
Microrganismos									
Sais									

Fonte: Adaptado de James (1999); Sansalone e Buchberger (1997) e Leitão *et al.* (2000).

 Origem do poluente

4 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

4.1 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

4.1.1 PARÂMETROS E LOCAIS DE AMOSTRAGEM

Os parâmetros da qualidade das águas superficiais monitorizados nas campanhas foram os indicados no PGM e no Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, para a fase de exploração e estão identificados na Tabela 6.

A medição das frações total e dissolvida dos metais cádmio, chumbo, níquel e também do parâmetro dureza, é realizada por forma a verificar o cumprimento das normas de qualidade ambiental (NQA) presentes no Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro, e é importante, uma vez que as formas dissolvidas desses metais são as responsáveis pela toxicidade do elemento.

Nas campanhas foram monitorizados os locais de amostragem indicados no PGM e no Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, para a fase de exploração, e estão descritos e identificados na Tabela 7 e no Anexo 6: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais e de escorrência.

Tabela 6 - Parâmetros da qualidade das águas superficiais a monitorizar.

PARÂMETROS MEDIDOS "IN SITU"	PARÂMETROS ANALISADOS EM LABORATÓRIO	
pH Temperatura Condutividade elétrica Caudal	Cádmio total	Zinco total
	Cádmio dissolvido	Zinco dissolvido
	Crómio total	Ferro total
	Crómio dissolvido	Ferro dissolvido
	Níquel total	Carência Química de Oxigénio (CQO)
	Níquel dissolvido	Óleos e gorduras
	Chumbo total	Sólidos Suspensos Totais (SST)
	Chumbo dissolvido	Dureza
	Cobre total	Hidrocarbonetos Aromáticos
	Cobre dissolvido	Polinucleares (PAH)

Tabela 7 - Locais de amostragem para monitorização da qualidade das águas superficiais.

LOTE/LANÇO	LOCAIS DE AMOSTRAGEM	DENOMINAÇÃO	BACIA HIDROGRÁFICA
Lote 5.1: Nó com a EN110/Nó de Valdonas	Afluente da Ribeira da Lousã - viaduto de Valdonas, cerca do km 4+528 a montante da via	S1M	Tejo
	Afluente da Ribeira da Lousã - viaduto de Valdonas, cerca do km 4+528 a jusante da via	S1J	

4.1.2 MÉTODOS E EQUIPAMENTOS DE RECOLHA

As técnicas e métodos de análise adotados para as determinações analíticas da qualidade das águas superficiais, identificadas na Tabela 8 e na Tabela 9, são compatíveis com as exigidas no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro. Os certificados dos equipamentos utilizados para medição dos parâmetros medidos “*in situ*” são apresentados no Anexo 5: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições “*in situ*”.

As análises laboratoriais foram realizadas pela Controlvet, laboratório acreditado pelo IPAC, que utiliza os procedimentos adequados por forma a assegurar a qualidade dos resultados analíticos dos parâmetros, mesmo os não abrangidos pela acreditação do mesmo (ver Anexo 4: Declaração do laboratório).

As campanhas de monitorização realizaram-se através de recolha manual em recipientes próprios, sendo as amostras acondicionadas e transportadas para laboratório devidamente refrigeradas no dia da recolha.

Tabela 8 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas superficiais para os parâmetros medidos “in situ”.

PARÂMETROS MEDIDOS “IN SITU”	MÉTODO/TÉCNICA	EQUIPAMENTO
Temperatura	Termometria	Marca: VWR phenomenal 111 Resolução: 0,1°C Gama de medição: -5,0 - 105,0 °C Exatidão: ±0,1°C
pH	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal 111 Resolução: Seleccionável 0,001 Gama de medição: -2,000 - 19,999 Exatidão: ±0,005 ± 1 dígito
Condutividade	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal CO 11 Resolução: 0,1 µS/cm Gama de medição: 10 µS/cm - 20 mS/cm Exatidão: ±0,5% do valor medido
Caudal	Molinete	Marca: Eijkelkamp Resolução: 2,7 cm/s Gama de medição: 10 - 250 cm/s

Tabela 9 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas superficiais para os parâmetros laboratoriais.

PARÂMETRO	TÉCNICA/MÉTODO
Cádmio total	
Cádmio dissolvido	
Crómio total	
Crómio dissolvido	
Ferro total	
Ferro dissolvido	
Chumbo total	CZ_SOP_D06_02_001
Chumbo dissolvido	
Cobre total	
Cobre dissolvido	
Zinco total	
Zinco dissolvido	
Níquel total	
Níquel dissolvido	CZ_SOP_D06_02_002
CQO	CZ_SOP_D06_02_076
Óleos e gorduras	SMEWW 5520-D
SST	CZ_SOP_D06_02_070
Dureza	SMEWW 2340-B
PAH	MI LAQ 146.08

4.1.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos são analisados tendo em consideração os valores definidos no Anexo XVI (Qualidade das águas destinadas à rega) e no Anexo XXI (Objetivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e também comparados com os valores definidos no Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro.

Os valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas superficiais analisados são apresentados na Tabela 10.

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos nas campanhas foram também comparados com os valores obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais realizadas em anos anteriores, incluindo a campanha de avaliação da situação de referência.

Tabela 10 - Valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas superficiais analisados, de acordo com os valores definidos nos Anexos XVI, e XXI do Decreto-Lei n.º 236/98 e no Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2010.

PARÂMETROS	UNIDADES	DECRETO-LEI N.º 236/98			DECRETO-LEI N.º 103/2010
		ANEXO XVI		ANEXO XXI	ANEXO II
		VMR ^(a)	VMA ^(b)	VMA ^(b)	NQA-CMA ^(d)
Temperatura	°C	-	-	30	-
pH	E. Sorensen	6,5 - 8,4	4,5 - 9,0	5,0 - 9,0	-
Condutividade	µS/cm	-	-	-	-
Cádmio total	mg/L Cd	0,01	0,05	0,01	-
Cádmio dissolvido (consoante a classe de dureza da água) ^{(c)(e)}	µg/L Cd	-	-	-	≤ 0,45 (classe 1) 0,45 (classe 2) 0,6 (classe 3) 0,9 (classe 4) 1,5 (classe 5)
Crómio total	mg/L Cr	0,10	20	0,05	-
Crómio dissolvido	µg /L Cr	-	-	-	-
Chumbo total	mg/L Pb	5,0	20	-	-
Chumbo dissolvido ^(e)	µg/L Pb	-	-	-	14
Cobre total	mg/L Cu	0,20	5,0	0,1	-
Cobre dissolvido	µg /L Cu	-	-	-	-
Zinco total	mg/L Zn	2,0	10,0	0,5	-
Zinco dissolvido	µg /L Zn	-	-	-	-
Níquel total	mg/L Ni	0,5	2,0	-	-
Níquel dissolvido ^(e)	µg/L Ni	-	-	-	34
Ferro total	mg/L Fe	5,0	-	-	-
Ferro dissolvido	µg /L Fe	-	-	-	-
CQO	mg/L O ₂	-	-	-	-
Óleos e gorduras	mg/L	-	-	-	-
SST	mg/L	60	-	-	-
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	-	-	-
PAH	Benzo[b]fluoranteno	-	-	-	0,017
	Benzo[k]fluoranteno	-	-	-	0,017
	Benzo[a]pireno	-	-	-	0,27
	Benzo(g, h i)perileno	-	-	-	0,0082
	Indeno(1,2,3-cd)pireno	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-

(a) VMR - Valor máximo recomendado ou valor de norma de qualidade que, de preferência, deve ser respeitado ou não excedido.
(b) VMA - Valor máximo admissível ou valor de norma de qualidade que não deverá ser ultrapassado.
(c) No caso do cádmio e dos compostos de cádmio (n.º 6), os valores NQA variam em função de cinco classes de dureza da água (classe 1: < 40 mg CaCO₃/L, classe 2: de 40 a < 50 mg CaCO₃/L, classe 3: de 50 a < 100 mg CaCO₃/L, classe 4: de 100 a < 200 mg CaCO₃/L e classe 5: ≥ 200 mg CaCO₃/L).
(d) Este parâmetro constitui as normas de qualidade ambiental expressa em concentração máxima admissível (NQA-CMA).
(e) Parâmetro analisado de acordo com o número 5 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 103/2010 de 24 de Setembro.

4.2 QUALIDADE DAS ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

4.2.1 PARÂMETROS E LOCAIS DE AMOSTRAGEM

Os parâmetros da qualidade das águas de escorrência monitorizados nas campanhas foram os indicados no PGM e no Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, para a fase de exploração e estão identificados na Tabela 11.

Nas campanhas foram monitorizados os locais de amostragem indicados no PGM e no Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, para a fase de exploração, e estão descritos e identificados na Tabela 12 e no Anexo 6: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais e de escorrência.

Tabela 11 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrência a monitorizar.

PARÂMETROS MEDIDOS "IN SITU"	PARÂMETROS ANALISADOS EM LABORATÓRIO	
pH Temperatura Condutividade elétrica Caudal	Cádmio total	Cobre dissolvido
	Cádmio dissolvido	Zinco total
	Crómio total	Zinco dissolvido
	Crómio dissolvido	Ferro total
	Níquel total	Ferro dissolvido
	Níquel dissolvido	CQO
	Chumbo total	Óleos e gorduras
	Chumbo dissolvido	SST
	Cobre total	Dureza

Tabela 12 - Locais de amostragem para monitorização da qualidade das águas de escorrência.

LOTE/LANÇO	LOCAIS DE AMOSTRAGEM	DENOMINAÇÃO	BACIA HIDROGRÁFICA
Lote 5.1: Nó com a EN110/Nó de Valdonas	Caixa de visita -cerca do km 1+963 do lado esquerdo da via	ESC1	-
	Caixa de visita -cerca do km 4+118 do lado direito da via	ESC2	

4.2.2 MÉTODOS E EQUIPAMENTOS DE RECOLHA

As técnicas e métodos de análise adotados para as determinações analíticas da qualidade das águas de escorrência, identificadas na Tabela 13 e na Tabela 14, são compatíveis com as exigidas no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Os certificados dos equipamentos utilizados para medição dos parâmetros medidos "in situ" são apresentados no Anexo 5: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições "in situ".

As análises laboratoriais foram realizadas pela Controlvet, laboratório acreditado pelo IPAC, que utiliza os procedimentos adequados por forma a assegurar a qualidade dos resultados analíticos dos parâmetros, mesmo os não abrangidos pela acreditação do mesmo (ver Anexo 4: Declaração do laboratório).

As campanhas de monitorização realizaram-se através de recolha manual em recipientes próprios, sendo as amostras acondicionadas e transportadas para laboratório devidamente refrigeradas no dia da recolha.

Tabela 13 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas de escorrência para os parâmetros medidos “in situ”.

PARÂMETROS MEDIDOS “IN SITU”	MÉTODO/TÉCNICA	EQUIPAMENTO
Temperatura	Termometria	Marca: VWR phenomenal 111 Resolução: 0,1°C Gama de medição: -5,0 - 105,0 °C Exatidão: ±0,1°C
pH	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal 111 Resolução: Seleccionável 0,001 Gama de medição: -2,000 - 19,999 Exatidão: ±0,005 ± 1 dígito
Condutividade	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal CO 11 Resolução: 0,1 µS/cm Gama de medição: 10 µS/cm - 20 mS/cm Exatidão: ±0,5% do valor medido
Caudal	Molinete	Marca: Eijkelkamp Resolução: 2,7 cm/s Gama de medição: 10 - 250 cm/s

Tabela 14 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas de escorrência para os parâmetros laboratoriais.

PARÂMETRO	TÉCNICA/MÉTODO
Cádmio total	CZ_SOP_D06_02_001
Cádmio dissolvido	
Crómio total	
Crómio dissolvido	
Ferro total	
Ferro dissolvido	
Chumbo total	
Chumbo dissolvido	
Cobre total	
Cobre dissolvido	
Zinco total	

PARÂMETRO	TÉCNICA/MÉTODO
Zinco dissolvido	
Níquel total	
Níquel dissolvido	CZ_SOP_D06_02_002
CQO	CZ_SOP_D06_02_076
Óleos e gorduras	SMEWW 5520-D
SST	CZ_SOP_D06_02_070
Dureza	SMEWW 2340-B
PAH	MI LAQ 146.08

4.2.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos são analisados tendo em consideração os valores definidos no Anexo XVIII (Valores limite de emissão na descarga de águas residuais) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

Os valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas de escorrência analisados são apresentados na Tabela 15.

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos nas campanhas foram também comparados com os valores obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência realizadas em anos anteriores.

Tabela 15 - Valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas de escorrência analisados, de acordo com os valores definidos no Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98.

PARÂMETROS		UNIDADES	DECRETO-LEI N.º 236/98
			ANEXO XVIII VLE ^(a)
Temperatura		°C	Aumento de 3°C
pH		E. Sorensen	6,0 - 9,0
Condutividade		µS/cm	-
Cádmio total		mg/L Cd	0,2
Cádmio dissolvido		µg/L Cd	-
Crómio total		mg/L Cr	2,0
Crómio dissolvido		µg/L Cr	-
Chumbo total		mg/L Pb	1,0
Chumbo dissolvido		µg/L Pb	-
Cobre total		mg/L Cu	1,0
Cobre dissolvido		µg/L Cu	-
Zinco total		mg/L Zn	-
Zinco dissolvido		µg/L Zn	-
Níquel total		mg/L Ni	2,0
Níquel dissolvido		µg/L Ni	-
Ferro total		mg/L Fe	2,0
Ferro dissolvido		mg/L Fe	-
CQO		mg/L O ₂	150
Óleos e gorduras		mg/L	15
SST		mg/L	60
Dureza		mg/L CaCO ₃	-
PAH	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	-
	Benzo[k]fluoranteno		-
	Benzo[a]Pireno		-
	Benzo(g, h i)Perileno		-
	Indeno(1,2,3-cd)pireno		-
	Total		-

(a) VLE - Valor limite de emissão ou valor que não deve ser excedido por uma instalação na descarga no meio aquático e no solo.

5 CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE MONITORIZAÇÃO E ENVOLVENTE

Os recursos hídricos monitorizados ao longo do ano de 2016 no Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI encontram-se inseridos na bacia hidrográfica do Tejo, mais especificamente na sub-bacia do Rio Zêzere, inseridas na Região Hidrográfica 5.

Segundo o plano da gestão da Região Hidrográfica do Tejo, no que diz respeito às massas de água (MA) da categoria “Rios” da bacia hidrográfica do Tejo, a maioria apresenta classificação de “bom” estado ou superior (≈54%), estando a restante percentagem das MA em incumprimento.

Relativamente ao estado das MA da sub-bacia do Rio Zêzere, 55 MA são classificadas com um estado bom ou superior e 11 MA são classificadas com estado inferior a bom, sendo os parâmetros físico-químicos gerais e os biológicos os responsáveis por este estado.

A análise das pressões significativas na Região Hidrográfica do Tejo de carga poluente de origem tópica afluente às MA superficiais por sub-bacia e parâmetro revela uma maior contribuição do sector urbano, assumindo a pecuária uma maior importância que a indústria nas sub-bacias do Rio Maior, Rio Zêzere e Rio Alenquer e verificando-se a situação inversa nas sub-bacias Rio Alviela, Tejo Superior e Rio Sorraia. Para as restantes sub-bacias o sector urbano é aquele que assume maior importância. Relativamente à poluição de origem difusa, a agricultura poderá igualmente ser responsável por contribuições nas linhas de água de níveis de nutrientes elevados, sobretudo pelo azoto e fósforo.

A avaliação do estado das massas de água subterrâneas revela que todas as MA subterrâneas possuem estado quantitativo de “bom” e, relativamente ao estado químico, 66,7% (8) das MA apresenta classificação de “bom” e 33,3% (4) apresentam estado “medíocre”.

5.1 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Na Tabela 16 apresenta-se uma breve descrição da linha de água monitorizada, servindo esta como linha de apoio à interpretação dos resultados obtidos nas campanhas de monitorização.

Tabela 16 - Caracterização do local de monitorização S1 e sua envolvente.

S1	
Uso da água	
Rega	
Envolvente	
Zona agrícola	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via e agrícola	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras. - Lixiviação dos solos agrícolas ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos. 	
Observações	
<ul style="list-style-type: none"> - Curso de água não alterado por poluição ou alterações estruturais. - Verificou-se a existência de um revestimento vegetal de taludes e linha de água, que poderá servir como proteção contra erosão ou como filtro natural. - Não foram observadas inundações ou alagamentos. - A linha de água encontrava-se com caudal reduzido em todos os períodos de monitorização. 	
Registo fotográfico	
	
	

5.2 QUALIDADE DAS ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

Da Tabela 17 à Tabela 18 apresenta-se uma breve descrição dos pontos de escorrência monitorizados, servindo esta como linha de apoio à interpretação dos resultados obtidos nas campanhas de monitorização.

Tabela 17 - Caracterização do local de monitorização ESC1 e sua envolvente.

ESC1	
Uso da água	
-	
Envolvente	
Infraestrutura rodoviária	
Fontes de poluição	
Poluentes resultantes das águas de escorrência da via	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
- Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras.	
Observações	
- O ponto de escorrência encontrava-se seco no período seco.	
- A recolha foi realizada na caixa de visita no período húmido.	
Registo fotográfico	
	

Tabela 18 - Caracterização do local de monitorização ESC2 e sua envolvente.

ESC2	
Uso da água	
-	
Envolvente	
Infraestrutura rodoviária	
Fontes de poluição	
Poluentes resultantes das águas de escorrência da via	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
- Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras.	
Observações	
- O ponto de escorrência encontrava-se seco no período seco.	
- A recolha foi realizada na caixa de visita no período húmido.	
Registo fotográfico	
	

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

6.1 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais para o ano de 2016 são, nos pontos seguintes, analisados de acordo com os valores legalmente definidos e com os valores obtidos nas campanhas anteriores da fase de exploração e com os valores obtidos na avaliação da situação de referência.

Em anexo são apresentados os registos de campo da monitorização da qualidade da água superficial (ver Anexo 1: Fichas individuais por local de amostragem de águas superficiais), onde se descrevem a data e hora da amostragem; a localização do local de amostragem, o registo fotográfico, a descrição das condições meteorológicas aquando da amostragem, a caracterização organolética das amostras e os resultados dos parâmetros medidos “*in situ*”. As fichas laboratoriais das amostras analisadas são apresentadas no Anexo 3: Fichas laboratoriais das amostras analisadas.

6.1.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES LEGALMENTE DEFINIDOS

Na Tabela 19 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais do Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI para o ano de 2016, assim como os resultados obtidos na caracterização da situação de referência e ainda os valores legalmente estabelecidos.

Os resultados obtidos são de seguida analisados face à legislação em vigor, nomeadamente no Anexo XVI (Qualidade das águas destinadas à rega) e no Anexo XXI (Objetivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e também comparados com os valores definidos no Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro.

Alguns dos parâmetros analisados não se encontram legislados, não sendo possível retirar conclusões relativas a esses parâmetros, servindo de meio de comparação com resultados anteriores no caso da ocorrência de contaminação durante a fase de exploração.

Refira-se que segundo informação disponível, da observação local e do diálogo com a população residente, nenhuma das linhas de água é destinada à produção de água para consumo humano.

Tabela 19 - Parâmetros da qualidade das águas superficiais medidos em S1 – Afluente da Ribeira da Lousã - Viaduto de Valdonas, cerca do km 4+528.

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA						PERÍODO SECO 2016		PERÍODO HÚMIDO 2016		DECRETO-LEI N.º 236/98		DECRETO-LEI N.º 103/2010		
		M		J		M		J		M		J		ANEXO XVI	ANEXO XXI	ANEXO III
		M	J	M	J	M	J	M	J	VMR	VMA	VMA	NQA-CMA			
Caudal	m ³ /s	0,11	0,11	0,0007	0,0013	0,0019	0,0019	-	-	-	-	-	-			
Temperatura	°C	21,2	21,4	20,0	20,3	10,9	10,9	-	-	30	-	-				
pH	E. Sorensen	6,6	6,5	8,1	8,3	8,4	8,4	6,5 - 8,4	4,5 - 9,0	5,0 - 9,0	-	-				
Condutividade	µS/cm	110,1	113,0	1053	1040	1140	1137	-	-	-	-	-				
Cádmio total	mg/L Cd	<0,001	<0,001	<0,0004	<0,0004	<0,002	<0,002	0,01	0,05	0,01	-	-				
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	<1	<1	<0,4	<0,4	<0,4	<0,4	-	-	-	-	(1)				
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,005	<0,0010	<0,0010	<0,002	<0,002	0,10	20	0,05	-	-				
Crómio dissolvido	µg/L Cr	<5	<5	<200	<200	<1	<1	-	-	-	-	-				
Chumbo total	mg/L Pb	<0,007	<0,007	<0,0050	<0,0050	<0,01	<0,01	5,0	20	-	-	-				
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	<7	<7	<5,0	<5,0	<5,0	<5,0	-	-	-	-	14				
Cobre total	mg/L Cu	<0,002	<0,002	0,0014	0,0023	0,0274	0,0127	0,20	5,0	0,1	-	-				
Cobre dissolvido	µg/L Cu	<2	<2	1,2	1,1	<1	<1	-	-	-	-	-				
Zinco total	mg/L Zn	0,05	0,05	<0,0020	<0,0020	0,0122	0,0148	2,0	10,0	0,5	-	-				
Zinco dissolvido	µg/L Zn	<50	<50	<2,0	<2,0	3,0	3,4	-	-	-	-	-				
Níquel total	mg/L Ni	<0,006	<0,006	<0,002	0,002	<0,005	<0,005	0,5	2,0	-	-	-				
Níquel dissolvido	µg/L Ni	<6	<6	<2,0	<2,0	<2,0	<2,0	-	-	-	-	34				
Ferro total	mg/L Fe	0,12	0,78	0,153	0,126	0,0971	0,0723	5,0	-	-	-	-				
Ferro dissolvido	µg/L Fe	<6	<6	2,8	3,0	9,2	9,9	-	-	-	-	-				
CQO	mg/L O ₂	<35	<35	<5,0	<5,0	11,0	<5,0	-	-	-	-	-				
Óleos e gorduras	mg/L	<3	<3	1	1	<1	<1	-	-	-	-	-				
SST	mg/L	0,26	21	20,6	12,5	<3,0	<3,0	60	-	-	-	-				
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	-	185	531	582	576	-	-	-	-	-				
PAH	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,017				
	Benzo[k]fluoranteno	µg/L	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,017				
	Benzo[a]pireno	µg/L	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,27				
	Benzo(g, h i)perileno	µg/L	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,0082				
	Indeno(1,2,3-cd)pireno	µg/L	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	-				
	Total	µg/L	<0,045	<0,045	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	-	-			

(1) Os valores NQA variam em função de cinco classes de dureza da água (≤ 0,45 classe 1: <40 mg CaCO₃/l; 0,45 classe 2: de 40 a <50 mg CaCO₃/l; 0,6 classe 3: de 50 a <100 mg CaCO₃/l; 0,9 classe 4: de 100 a <200 mg CaCO₃/l e 1,5 classe 5: ≥200 mg CaCO₃/l).

Como se pode verificar, todos os resultados obtidos ao longo do ano de exploração de 2016 cumprem os valores legalmente estabelecidos, não se registando, em nenhuma das campanhas e parâmetros, variações significativas entre os resultados obtidos a montante e jusante, nem variações significativas entre os resultados obtidos na situação de referência com os obtidos no ano de 2016 da fase de exploração.

Uma vez que para nenhum dos parâmetros são ultrapassados os VMA do Anexo XVI e do Anexo XXI do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, o ponto monitorizado cumpre os objetivos de qualidade mínima das águas superficiais e apresenta boa qualidade para fins de rega. São igualmente cumpridos os NQA-CMA do Anexo II do DL n.º 103/2010, cumprindo-se assim os requisitos para o bom estado da qualidade da água.

6.1.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES OBTIDOS EM CAMPANHAS ANTERIORES

Na Tabela 20 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais do Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI, realizadas na fase de exploração, para o anos de 2013 a 2016, assim como os resultados obtidos na caracterização da situação de referência.

Refira-se que, por se encontrar sem caudal, em algumas campanhas, o ponto não foi monitorizado.

As campanhas de monitorização para a fase de exploração relativas aos anos de 2013 e 2014 foram realizadas pela Ecovisão, Lda, as campanhas de monitorização de 2015 e 2016 foram da responsabilidade da Monitar, Lda.

Os resultados obtidos são de seguida comparados e analisados, o que permitirá avaliar a evolução da qualidade da água na SPI e verificar se esta é afetada ou não pela presença da via de tráfego em análise.

Tabela 20 - Parâmetros da qualidade das águas superficiais medidos em S1 - Afluente da Ribeira da Lousã - Viaduto de Valdonas, cerca do km 4+528.

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA		JULHO DE 2013		DEZEMBRO 2013		JULHO DE 2014		DEZEMBRO DE 2014		DEZEMBRO 2015		JULHO DE 2016		DEZEMBRO DE 2016		
		M	J	M	J	M	J	M	J	M	J	M	J	M	J	M	J	
Caudal	m ³ /s	0,11		0,001		0,33		0,27		0,01		0,0010		0,0007	0,0013	0,0019	0,0019	
Temperatura	°C	21,2	21,4	21,0	21,9	11,0	11,7	22,9	21,7	10,1	9,5	15,7	15,4	20,0	20,3	10,9	10,9	
pH	E. Sorensen	6,6	6,5	9,2	9,2	8,3	8,3	6,9	6,9	8,0	7,9	7,3	7,3	8,1	8,3	8,4	8,4	
Condutividade	µS/cm	110,1	113,0	105,6	104,4	107,2	106,0	367	347	971	1004	812	745	1053	1040	1140	1137	
Cádmio total	mg/L Cd	<0,001	<0,001	<0,00008	<0,00008	<0,00008	<0,00008	<0,00008	<0,00008	<0,00008	<0,00008	<0,0002	<0,0002	<0,0004	<0,0004	<0,002	<0,002	
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	<1	<1	<0,08	<0,08	<0,08	<0,08	<0,08	<0,08	<0,08	<0,08	<0,2	<0,2	<0,4	<0,4	<0,4	<0,4	
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,0010	<0,0010	<0,002	<0,002	
Crómio dissolvido	µg /L Cr	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<200	<200	<1	<1	
Chumbo total	mg/L Pb	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,003	<0,003	<0,0050	<0,0050	<0,01	<0,01	
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	<7	<7	<7	<7	<7	<7	<7	<7	<7	<7	<3	<3	<5,0	<5,0	<5,0	<5,0	
Cobre total	mg/L Cu	<0,002	<0,002	0,0021	<0,0020	<0,0020	<0,0020	0,0054	0,0069	<0,002	<0,002	0,021	0,015	0,0014	0,0023	0,0274	0,0127	
Cobre dissolvido	µg /L Cu	<2	<2	<2	<2	<2	<2	<2	3,7	<2	<2	<10	<10	1,2	1,1	<1	<1	
Zinco total	mg/L Zn	0,05	0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,100	<0,100	<0,0020	<0,0020	0,0122	0,0148	
Zinco dissolvido	µg /L Zn	<50	<50	<50	<50	<50	<50	<50	<50	<50	<50	<100	<100	<2,0	<2,0	3,0	3,4	
Níquel total	mg/L Ni	<0,006	<0,006	<0,006	<0,006	0,037	<0,006	<0,006	<0,006	<0,006	<0,006	<0,005	<0,005	<0,002	0,002	<0,005	<0,005	
Níquel dissolvido	µg/L Ni	<6	<6	<6	<6	14	<6	<6	<6	<6	<6	<5	<5	<2,0	<2,0	<2,0	<2,0	
Ferro total	mg/L Fe	0,12	0,78	<0,060	<0,060	0,60	0,28	0,16	0,1	0,18	0,31	0,2240	0,2570	0,153	0,126	0,0971	0,0723	
Ferro dissolvido	µg /L Fe	<6	<6	<60	<60	<60	<60	70	<60	100	140	9,4	11,4	2,8	3,0	9,2	9,9	
CQO	mg/L O ₂	<35	<35	<35	<35	<35	<35	<35	<35	<35	<35	18	26	<5,0	<5,0	11,0	<5,0	
Óleos e gorduras	mg/L	<0,045	<0,045	<0,050	<0,050	<0,050	<0,050	<0,3	<0,3	<0,3	<0,3	<1	<1	1	1	<1	<1	
SST	mg/L	<3	<3	150	16	14	20	<5	<5	<5	13	<10	13	20,6	12,5	<3,0	<3,0	
Dureza	mg/L CaCO ₃	0,26	21	-	-	-	-	-	-	-	-	260	221	185	531	582	576	
PAH	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	
	Benzo[k]fluoranteno		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Benzo[a]Pireno		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Benzo(g, h i)Perileno		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Indeno(1,2,3-cd)pireno		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Total		<0,045	<0,045	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001

Valor superior ao VMR do Anexo XVI do DL n.º 236/98

Valor superior ao VMA do Anexo XVI e XXI do DL n.º 236/98

A análise temporal da qualidade das águas superficiais na SPI permite verificar que, na generalidade, a qualidade das águas não tem sofrido alterações significativas ao longo dos anos, mantendo-se enquadrada nos valores legalmente estabelecidos.

As não conformidades detetadas referem-se a valores obtidos pontualmente que não serão suscetíveis de ser problemáticos para a qualidade das águas superficiais. Apenas foram registadas não conformidades na campanha de julho de 2013, referentes aos parâmetros pH e SST. O resultado obtido para o pH foi superior ao VMA definido nos Anexos XVI e XXI do Decreto-Lei n.º 236/98. Relativamente ao parâmetro SST, o valor superior ao VMR do Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98, foi apenas registado a montante da via.

As não conformidades obtidas, por se terem registado tanto a montante com a jusante, ou apenas a montante, dever-se-ão a fatores externos à exploração da via.

Assim, pelo acima exposto e pelo facto de não se ter registado aumentos significativos para nenhum dos parâmetros de montante para jusante, poder-se-á aferir que não foram registados impactes significativos na qualidade das águas superficiais inerentes à exploração da via.

6.2 QUALIDADE DAS ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

Os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência para o ano de 2016 são, nos pontos seguintes, analisados de acordo com os valores legalmente definidos e com os valores obtidos nas campanhas anteriores da fase de exploração.

Em anexo são apresentados os registos de campo da monitorização da qualidade das águas de escorrência (ver Anexo 2: Fichas individuais por local de amostragem de águas de escorrência), onde se descrevem a data e hora da amostragem; a localização do local de amostragem, o registo fotográfico, a descrição das condições meteorológicas aquando da amostragem, a caracterização organolética das amostras e os resultados dos parâmetros medidos “*in situ*”. As fichas laboratoriais das amostras analisadas são apresentadas no Anexo 3: Fichas laboratoriais das amostras analisadas.

6.2.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES LEGALMENTE DEFINIDOS

Da Tabela 21 à Tabela 22 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência do Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI para o ano de 2016, assim como os valores legalmente estabelecidos.

Os resultados obtidos são de seguida analisados face à legislação em vigor, nomeadamente no Anexo XVIII (Valores limite de emissão na descarga de águas residuais) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Alguns dos parâmetros analisados não se encontram legislados, não sendo possível retirar conclusões relativas a esses parâmetros, servindo de meio de comparação com resultados anteriores no caso da ocorrência de contaminação durante a fase de exploração.

Tabela 21 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrência medidos em **ESC 1 - Caixa de visita, cerca do km 1+963 do lado esquerdo da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	PERÍODO SECO 2016 ^(a)	PERÍODO HÚMIDO 2016	DECRETO-LEI N.º 236/98
				ANEXO XVIII
				VLE
Caudal	m ³ /s	-	^(b)	
Temperatura	°C	-	12,7	
pH	E. Sorensen	-	8,6	6,0 - 9,0
Condutividade	µS/cm	-	118	-
Cádmio total	mg/L Cd	-	<0,002	0,2
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	-	<0,4	
Crómio total	mg/L Cr	-	0,004	2,0
Crómio dissolvido	µg/L Cr	-	<1,0	
Chumbo total	mg/L Pb	-	<0,01	1,0
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	-	<5,0	
Cobre total	mg/L Cu	-	0,0362	1,0
Cobre dissolvido	µg/L Cu	-	5,8	
Zinco total	mg/L Zn	-	0,7020	-
Zinco dissolvido	µg/L Zn	-	319,0	
Níquel total	mg/L Ni	-	<0,005	2,0
Níquel dissolvido	µg/L Ni	-	<2,0	
Ferro total	mg/L Fe	-	1,14	2,0
Ferro dissolvido	µg /L Fe	-	8,4	
CQO	mg/L O ₂	-	49,0	150
Óleos e gorduras	mg/L	-	<1	15
SST	mg/L	-	13,6	60
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	55	
PAH (total)	µg/L	-	0,005	-

(a)– O ponto encontrava-se seco à data da monitorização

(b) – Recolha efetuada na caixa de visita, sem caudal.

Tabela 22 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrência medidos em **ESC 2 - Caixa de visita, cerca do km 4+118 do lado direito da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	PERÍODO SECO 2016 ^(a)	PERÍODO HÚMIDO 2016	DECRETO-LEI N.º 236/98
				ANEXO XVIII VLE
Caudal	m ³ /s	-	^(b)	
Temperatura	°C	-	14,2	
pH	E. Sorensen	-	8,9	6,0 - 9,0
Condutividade	µS/cm	-	134	-
Cádmio total	mg/L Cd	-	<0,002	0,2
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	-	<0,4	
Crómio total	mg/L Cr	-	<0,002	2,0
Crómio dissolvido	µg/L Cr	-	<1,0	
Chumbo total	mg/L Pb	-	<0,01	1,0
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	-	<5,0	
Cobre total	mg/L Cu	-	0,0181	1,0
Cobre dissolvido	µg/L Cu	-	2,2	
Zinco total	mg/L Zn	-	0,0252	-
Zinco dissolvido	µg/L Zn	-	7,4	
Níquel total	mg/L Ni	-	<0,005	2,0
Níquel dissolvido	µg/L Ni	-	<2,0	
Ferro total	µg/L Fe	-	0,124	2,0
Ferro dissolvido	µg/L Fe	-	6,3	
CQO	mg/L O ₂	-	12,0	150
Óleos e gorduras	mg/L	-	<1	15
SST	mg/L	-	<3,0	60
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	60	
PAH (total)	µg/L	-	<0,001	-

(a) – O ponto encontrava-se seco à data da monitorização

(b) – Recolha efetuada na caixa de visita, sem caudal.

Como se pode verificar, todos os parâmetros analisados cumprem os valores definidos no VLE do Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98.

Em todas as campanhas e para todos os parâmetros os valores registados foram reduzidos tendo em consideração a legislação aplicável, não sendo registadas concentrações ou valores passíveis de alarme.

Ambos os locais de monitorização encontravam-se secos na campanha do período seco.

6.2.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES OBTIDOS EM CAMPANHAS ANTERIORES

Na Tabela 23 e Tabela 24 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência do Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI, realizadas na fase de exploração, para os anos de 2013 a 2016.

Refira-se que, por se encontrarem sem caudal, alguns pontos, em algumas campanhas, não foram monitorizados.

As campanhas de monitorização para a fase de exploração relativas aos anos de 2013 e 2014 foram realizadas pela Ecovisão, Lda, as campanhas de monitorização de 2015 e 2016 foram da responsabilidade da Monitar, Lda.

Tabela 23 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrências para a **ESC 1 - Caixa de visita, cerca do km 1+963 do lado esquerdo da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	DEZEMBRO 2015	DEZEMBRO 2016
Caudal	m ³ /s	(a)	(a)
Temperatura	°C	15,9	12,7
pH	E. Sorensen	7,1	8,6
Condutividade	µS/cm	176	118
Cádmio total	mg/L Cd	<0,0002	<0,002
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	<0,2	<0,4
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	0,004
Crómio dissolvido	µg/L Cr	<5	<1,0
Chumbo total	mg/L Pb	<0,003	<0,01
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	<3	<5,0
Cobre total	mg/L Cu	0,025	0,0362
Cobre dissolvido	µg/L Cu	13	5,8
Zinco total	mg/L Zn	0,268	0,7020
Zinco dissolvido	µg/L Zn	249	319,0
Níquel total	mg/L Ni	<0,005	<0,005
Níquel dissolvido	µg/L Ni	<5	<2,0
Ferro total	mg/L Fe	0,1110	1,14
Ferro dissolvido	µg/L Fe	3,6	8,4
CQO	mg/L O ₂	20	49,0
Óleos e gorduras	mg/L	1	<1
SST	mg/L	<10	13,6
PAH (total)	µg/L	<0,001	0,005

(a) – Recolha efetuada na caixa de visita, sem caudal.

Tabela 24 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrências para a **ESC 2 - Caixa de visita, cerca do km 4+118 do lado direito da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	DEZEMBRO 2015	DEZEMBRO 2016
Caudal	m ³ /s	(a)	(a)
Temperatura	°C	17,4	14,2
pH	E. Sorensen	7,5	8,9
Condutividade	µS/cm	643	134
Cádmio total	mg/L Cd	<0,0002	<0,002
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	<0,2	<0,4
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,002
Crómio dissolvido	µg/L Cr	<5	<1,0
Chumbo total	mg/L Pb	<0,003	<0,01
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	<3	<5,0
Cobre total	mg/L Cu	<0,010	0,0181
Cobre dissolvido	µg/L Cu	<10	2,2
Zinco total	mg/L Zn	<0,100	0,0252
Zinco dissolvido	µg/L Zn	<100	7,4
Níquel total	mg/L Ni	<0,005	<0,005
Níquel dissolvido	µg/L Ni	<5	<2,0
Ferro total	mg/L Fe	0,0310	0,124
Ferro dissolvido	µg/L Fe	2,0	6,3
CQO	mg/L O ₂	21	12
Óleos e gorduras	mg/L	1	<1
SST	mg/L	<10	<3,0
PAH (total)	µg/L	<0,001	<0,001

(a) – Recolha efetuada na caixa de visita, sem caudal.

Não é possível efetuar uma análise temporal conclusiva da qualidade das águas de escorrências nos pontos ESC1 e ESC2, devido ao baixo número de recolhas ao longo dos anos de monitorização.

Refira-se no entanto que, os resultados obtidos em todas as campanhas realizadas não têm sofrido alterações significativas, registando-se valores reduzidos e enquadrados com os valores legalmente estabelecidos, não sendo registadas concentrações ou valores passíveis de alarme que careçam da necessidade de adotar novas medidas de minimização.

7 CONCLUSÕES

A fase de exploração de infraestruturas rodoviárias abrange um período no qual as águas de escorrência das vias podem provocar impactes nas águas superficiais, por isso, estas necessitam de ser cuidadosamente monitorizadas verificando a sua qualidade, tendo em conta o fim a que se destinam.

7.1 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais realizadas no ano de 2016 para o Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI, os resultados obtidos cumprem os valores legalmente estabelecidos no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nomeadamente no Anexo XVI e no Anexo XXI e no Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro (Anexo II), registando-se assim, para todos os parâmetros monitorizados, o cumprimento dos objetivos de qualidade mínima das águas superficiais, os requisitos para a boa qualidade da água para fins de rega e os requisitos das Normas da Qualidade da água para o bom estado da qualidade da água.

Da análise temporal da qualidade das águas superficiais na SPI pode afirmar-se que, na generalidade, a qualidade das águas não tem sofrido alterações significativas ao longo dos anos, mantendo-se enquadrada nos valores legalmente estabelecidos. As não conformidades detetadas foram pontuais, e referem-se aos valores obtidos para os parâmetros pH (a montante e jusante) e SST (a montante) em de julho de 2013. Nas campanhas seguintes verificou-se a conformidade com a legislação de todos os parâmetros monitorizados.

Assim, e de acordo com os resultados obtidos no decorrer das campanhas de monitorização da fase de exploração, é possível concluir que a qualidade da água nas linhas de água monitorizadas não sofreu alterações relevantes, não se evidenciando impactes significativos associados à presença e exploração da via em estudo, pelo que, não se verifica a necessidade de implementação de novas medidas de minimização.

7.2 QUALIDADE DAS ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

Nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência realizadas no ano de 2016 para o Lote 5.1: IC3 - Variante a Tomar - Nó com a EN110/Nó de Valdonas da SPI, os resultados obtidos cumprem os valores legalmente estabelecidos no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nomeadamente no Anexo XVIII.

Relativamente à análise temporal da qualidade das águas de escorrência, devido ao baixo número de recolhas ao longo dos anos de monitorização, não é possível retirar uma análise conclusiva. No entanto, tendo em conta os resultados obtidos até ao momento, verifica-se que estes não têm sofrido alterações significativas ao longo das campanhas e verifica-se que os parâmetros analisados têm-se mantido enquadrados nos valores legalmente estabelecidos, não sendo registadas concentrações ou valores passíveis de alarme que careçam da necessidade de adotar novas medidas de minimização.

8 PROPOSTA DE REVISÃO DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

Em termos de proposta de revisão do programa de monitorização, face aos resultados aferidos no presente RM, relativamente à frequência de amostragem, locais, parâmetros e critérios de avaliação de dados considera-se adequado o modelo adotado nas campanhas de 2016.

9 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Face às conclusões aferidas no presente RM não se verifica necessidade de implementação de novas medidas de minimização. Contudo, e por forma a prevenir/reduzir o impacto no ambiente circundante e conseqüentemente na qualidade das águas, durante a exploração da via, são de seguida apontadas medidas preventivas que se sugerem ser continuadas:

- Manutenção de órgãos de drenagem transversal e longitudinal que apresentem problemas de escoamento;
- Manutenção do revestimento vegetal executado como forma de proteção contra a erosão dos taludes, bocas de descarga das passagens hidráulicas (PH), nas quais se deverão usar espécies que possam funcionar como filtros naturais às eventuais concentrações de poluentes das escorrências da plataforma da via;
- Promover ações periódicas de limpeza das bermas e ações de sensibilização aos condutores, de modo a diminuir riscos de incêndio e poluição.

10 ANEXOS

- Anexo 1: Fichas individuais por local de amostragem de águas superficiais
- Anexo 2: Fichas individuais por local de amostragem de águas de escorrência
- Anexo 3: Fichas laboratoriais das amostras analisadas
- Anexo 4: Declaração do laboratório
- Anexo 5: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições “*in situ*”
- Anexo 6: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais e de escorrência

10.1 ANEXO 1: FICHAS INDIVIDUAIS POR LOCAL DE AMOSTRAGEM DE ÁGUAS SUPERFICIAIS

10.2 ANEXO 2: FICHAS INDIVIDUAIS POR LOCAL DE AMOSTRAGEM DE ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

10.3 ANEXO 3: FICHAS LABORATORIAIS DAS AMOSTRAS ANALISADAS

10.4 ANEXO 4: DECLARAÇÃO DO LABORATÓRIO

10.5 ANEXO 5: CERTIFICADOS DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NAS MEDIÇÕES “*IN SITU*”

10.6 ANEXO 6: PEÇAS DESENHADAS - LOCAIS DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E DE ESCORRÊNCIA



MONITAR

engenharia do ambiente

Empreendimento Bela Vista
Lote 1, R/C DP, Loja 2, Repeses
3500-227 Viseu
T. 232 092 031
F. 232 092 031
GERAL@MONITAR.PT
WWW.MONITAR.PT